



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 5/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da L. 8.666/93 e, ainda, das regras da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 elabora-se este Projeto Básico para contratação de serviços, o qual observa também, naquilo que aplicável, as regras e diretrizes para contratação bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas na Resolução TSE n. 23.234, de 25/03/2010.

2 - OBJETO

Contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de pessoa jurídica especializada na prestação do serviço de concessão de **licenças do produto VÍDEO CONFERÊNCIA HD ZOOM BUSINESS** para atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia.

2.1 DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 A representação esquemática do objeto está registrada no **QUADRO 1** adiante, complementado pelas demais especificações registradas no documento de Análise de Viabilidade ([0656892](#)), na proposta comercial juntada no evento [0670114](#) e nas demais disposições deste projeto básico.

| QUADRO 1 | | | |
|----------|--|-------------------|------------|
| ITEM | CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
| ÚNICO | Serviços - Concessão de licenças ZOOM para o produto Vídeo Conferência HD ZOOM BUSINESS , compreendendo: Zoom Business Host (até 300 participantes em cada reunião) Video Conference via Mac/ IOS/ Windows/ Android/ Linux (Smartphone/ Tablet/IPAD PC/ Mac/ Notebook) Uso ilimitado - 24 horas | LICENÇAS ANUAIS | 10 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | |
|--|--|--|--|
| | Números de conferencia via Telefone Fixo em SP, RJ e números no Mundo Até 300 Two-Way (Full Duplex) Dashboard de Admin de Usuários/Relatórios Single sign-on (SSO) Branding da Empresa E-mail Personalizado API 1 Gb Storage por usuário para gravação de reuniões Implantação e treinamento Suporte Remoto (limitados a 4h de acionamento mensal) | | |
|--|--|--|--|

2.1.2 Os serviços deverão ser executados de acordo com as regras e condições definidas neste projeto básico, na proposta comercial juntada no evento [0670114](#) e, observando-se, ainda:

I - A contratada deverá liberar as licenças no prazo máximo de 7 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços. **A utilização plena dos serviços deverão estar disponíveis ao contratante impreterivelmente até o dia 14/04/2021;**

II - Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os **gabstic@tre-ro.jus.br** e **eduardo.gil@tre-ro.jus.br**, dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;

III - A assinatura deverá ser realizada em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

IV - A contratada deverá disponibilizar a visualização em todos os navegadores disponíveis: Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari, com tecnologia compatível com PC's, tablets, smartphones;

V - Os serviços serão prestados em âmbito nacional, em todas as localidades que demandarem acessos a eventos;

VI - A Contratada deverá oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - A Contratada deverá implantar a ferramenta e, se necessário, realizar treinamento dos agentes da contratante, nos termos de sua proposta;

VIII - A contratada deve garantir suporte remoto, nos termos e limites de sua proposta.

2.1.3 Como o Tribunal possui atualmente o serviço pretendido adquirido diretamente com a ZOOM (conforme registrado na Informação contida no evento [0656876](#)), a presente contratação tem natureza de renovação da atual assinatura, com a migração dos dados já cadastrados na assinatura em andamento.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE:

I - A contratação busca atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia consistente na aquisição de solução apropriada para realização de videoconferências pela Internet. A ferramenta se tornou imprescindível com o distanciamento social e advento do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19. **II** - No ano de 2020 o mundo passou a conviver com a situação de emergência de saúde pública de relevância internacional reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), decorrente da propagação da COVID-19 (novo Coronavírus), impondo, em todo o mundo o distanciamento e o isolamento social como principais medidas adotadas para contenção da curva epidêmica e preservação do sistema de atendimento à saúde.

II - No ano de 2020 a contratação de uma ferramenta de videoconferência foi processada no PSEI [0000510-53.2020.6.22.8000](#). A assinatura está vigente até o dia 14/04/2021. Por isso a contratação da solução de TIC descrita neste projeto básico visa atender à demanda da STIC a partir de **15/04/2021**.

III - No âmbito corporativo a utilização de videoconferências - que já vinha sendo uma ferramenta complementar para diversos eventos - se intensificou de forma drástica, sendo atualmente a única ferramenta eficaz para manter o distanciamento social com a adoção do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19, que deve perdurar pelo ano de 2021 e enquanto não solucionada de forma definitiva o contágio da doença, o que só deverá ocorrer com a vacinação da maioria da população.

IV - No Poder Judiciário prevalecem as normas que disciplinam o distanciamento dos agentes públicos por meio do teletrabalho e o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimentos dos usuários dos serviços por ferramentas digitais que contribuam para o distanciamento social, são exemplos a Resolução CNJ nº 313/2020 que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial; o regime de Plantão Extraordinário instituído na Justiça Eleitoral pela [Resolução n. 23.615, de 19 de março de 2020, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE](#), buscou uniformizar o funcionamento dos serviços judiciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID 19), e garantir o acesso à justiça neste período emergencial, a Resolução TRE-RO n. 10/2020. Atualmente, o atendimento externo remoto e o trabalho remoto de todo o pessoal da Justiça Eleitoral de Rondônia estão disciplinados na **Portaria Conjunta 1/2021, de 18/01/2021**.

V- Em função desse quadro ainda de extrema cautela e prevenção do contágio da doença, torna-se imperioso a manutenção de um plano corporativo que possa proporcionar uma ferramenta confiável e eficaz para a realização de videoconferências, utilizadas para as diversas reuniões entre magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, sessões de julgamentos da E. Corte Regional, contatos com entes e instituições externas e reuniões diversas de trabalhos das unidades da Justiça Eleitoral. Além disso, a funcionalidade também permitirá a realização de eventos de maior amplitude, como encontros, simpósios e similares.

VI - A ferramenta que se busca deverá atender às seguintes configurações:

- i - Modalidade de Plano corporativo;
- ii - Permitir no mínimo 10 anfitriões ao mesmo tempo;
- iii - Incluir até 300 participantes (quantidade dimensionada em relação ao número máximo estimado de participantes de um evento de âmbito estadual da Justiça Eleitoral);
- iv- Suporte telefônico dedicado;
- v - Painel de instrumentos do administrador;
- vi - URL personalizado;
- vii - Opção para implementação local;
- viii - Domínios gerenciados;
- ix - Conexão única;
- x - Marca da empresa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xi - E-mails personalizados;
- xii - Integração LTI;
- xiii - Transcrições de Gravação em Nuvem.
- xiv - Publicação automática em plataformas como Youtube e Facebook.

4 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013.

4.1 Tratando-se de licenças de *softwares*, esta contratação está enquadrada no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

4.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (Art. 6º), não sendo dispensado os **estudos preliminares** mesmo nos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação (art. 12, incisos I e II). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12.

4.3 Contudo, para valores até o limite de convite (art. 23, inciso II, "a", da Lei n. 8.666/93), atualmente fixados em R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), o § 3º do referido Artigo 12 da Resolução CNJ n. 182/2013, isenta de obrigatoriedade as etapas dos estudos preliminares listadas nos incisos II, III e IV do referido § 1º.

4.4 Dessa forma, em razão dos valores desta aquisição se situarem nos patamares suprareferidos, **resta a obrigatoriedade da etapa de Análise de Viabilidade da Contratação** prevista no inciso I do § 1º, do art. 12, documento elaborado pela Equipe de Planejamento designada (evento [0570109](#) e juntado a este processo no evento [0656892](#)).

4.5 Após analisar os requisitos do negócio da área demandante, os integrantes técnicos da Equipe de Planejamento, após comparação realizada com as demais soluções disponíveis no mercado, apontaram o *software* para vídeo conferências - Comercial Pro da ZOOM como aquele que atende todas as necessidades de negócio registradas no item 2.5 da Análise de Viabilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A presente solicitação foi elaborada com base nos princípios do planejamento, da objetividade, da eficiência e da qualidade, conforme demonstrado a seguir.

Princípios da objetividade e eficiência: Este documento dá ciência a alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades reportadas a esta Secretaria e caso autorizado, possibilite a imediata aquisição dos equipamentos solicitados.

A proposta aqui apresentada contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos traçados pela Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 estabelecida pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e está inscrita no Plano de Contratações de TIC:

ENTIC-JUD 2021-2026 - Resolução CNJ n. 370, de 28/01/2021:

Promover a Transformação Digital

Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

Planejamento Estratégico do TRE:

Tema: Celeridade e Produtividade na prestação jurisdicional

A presente demanda, resulta diretamente da necessidade de manutenção de uma condição padrão atingida e é consentânea com os objetivos do PETIC 2015-2020, de:

Prestar serviços de TIC em consonância com os requisitos do cliente.

Promover a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativo

Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e comunicação (PCTIC):

Prover infraestrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas;

Plano de contratações de TIC 2021:

Publicado no portal da transparência do TRE-RO, Quadro 3, ID 2021-N04, no qual está registrado o vínculo com o objetivo estratégico de TIC designado como prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas deste TRE-RO. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa um desdobramento do Plano Estratégico em ações dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

PAC 2021:

Também em sintonia com o planejamento das contratações, registra-se que a pretensão encontra **previsão no Plano Anual de Contratações de 2021-PAC2021**, item 126 da planilha juntada no evento [0647494](#).

6 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1 De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

6.2 No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

6.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

6.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública **poderá** exigir critérios de sustentabilidade ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.5 Em razão do objeto deste PB e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, exclusivamente a via digital para envio de formulários, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

7 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 DO PROCEDIMENTO PARA A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES:

I - Há uma particularidade na contratação destes serviços. Eles são oferecidos diretamente no site internacional da ZOOM. Contudo em **valores orçados e liquidados em dólares**. No ano de 2020, esta mesma demanda, especificada no evento [0656874](#), foi processada por meio de **suprimento de fundos** que tramitou no PSEI [0000510-53.2020.6.22.8000](#). Operou-se a contratação pelo período de 1 ano no valor de **U\$ 1.990,00** (mil novecentos e noventa dólares americanos), equivalente - câmbio de 11/03/21 - ao valor de **R\$ 11.024,60** (onze mil vinte e quatro reais e sessenta centavos) anuais. Contudo, o pagamento, que excedeu o limite do inciso III, art. 2º da Resolução TRE-RO n. 56/2014, apenas foi possível em função da legislação especial da Pandemia da COVID-19 para contratações emergenciais - Lei n. 13.979/2020 - que ampliou os valores de pagamentos pelo **cartão corporativo do suprimento de fundos**, meio que admitiu o pagamento de despesas inclusive em moeda estrangeira, com a devida conversão na data do pagamento.

II - No exercício de 2021 não há mais a situação emergencial prevista pela legislação da pandemia de COVID-19. Em função da previsibilidade e do valor da contratação, também não podem ser utilizadas as regras da Resolução TRE-RO n. 56/2014. Acrescenta-se também que o art. 5º da L. 8.666/93 estabelece que todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. Em função desse quadro, foi necessário buscar o produto nos eventuais representantes comerciais da ZOOM no Brasil, que oferece o produto básico e alguns itens de serviços agregados e que podem faturar a despesa em reais, na forma da legislação aplicável.

7.2 DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O preço da contratação dos serviços foi orçado em **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais).

II - A Instrução Normativa SG/ME n. 73/2020 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Em seu artigo 7º essa norma prevê que os **processos de inexigibilidade (e de dispensa - pelo comando do § 4º do art. 7º) de licitação** deverão ser instruídos com a **devida justificativa de que o preço** ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de: **a)** documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente; **b)** tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso, podendo ainda serem **utilizados outros critérios ou métodos**, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

III - Como a referida norma estabelece em seu art. 5º alguns **parâmetros para balizar a pesquisa de preços**, entre eles, o painel de preços, contratações similares de outros entes públicos, sítios eletrônicos especializados, **pesquisa de preços direta**, optou-se por este último procedimento, entendido como mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos.

IV - Os valores obtidos estão descritos no QUADRO 2 adiante. Após a obtenção das cotações, verificou-se a compatibilidade do menor preço ofertado por meio da comparação com o preço da contratação de serviço bastante similar, único encontrado no Banco de Preços e também registrado no quadro adiante.

| |
|-----------------|
| QUADRO 2 |
|-----------------|

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | | QUADRO COM M | | |
|------|-----------|-------------------|------------|---|---|---|---|
| | | | | WEBSIA (Proposta juntada no evento 0670114). Regularide para contratar: (0670118 , 0670119 , 0670120 e 0670121). | Não comprovou regularidade para contratar. Vide documento juntado no evento 0671001 . | LATAMSUL (Proposta juntada no evento 0671035). Regularide para contratar: (0671038 , 0671041 , 0671042 e 0671047). | STARTECH (Proposta juntada no evento 0671155). Regularide para contratar: (0671159 , 0671162 , 0671164 e 0671167). |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | | |
|-------------------|---|------------------------------------|----|--------------------------------|---------------|-----------|-----------|
| Ú ni c o | Servi ços - Conc essão de lic ença s ZOO M para o prod uto Víde o Conf erên cia HD ZOO M BUS INE SS (a té 300 parti cipan tes em cada reuni ão) | LIC EN ÇA S AN UAIS | 10 | 17.600,00 (menor preço) | 21.900, 00 | 18.000,00 | 19.900,00 |
|-------------------|---|------------------------------------|----|--------------------------------|---------------|-----------|-----------|



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | |
|---|---|
| PREÇO COMPARATIVO PARA AFERIR A ADEQUAÇÃO AOS PRATICADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | BANCO DE PREÇOS SUPERINTEND ENCIA DO DESENVOLVIM ENTO DO NORDESTE - 12/2020) (0671599) R\$ 17.499,00 |
|---|---|

7.3 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

7.3.1 A contratação especificada neste Projeto Básico será custeada pelo Orçamento Ordinário - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do exercício de 2021, conforme demonstrado no **QUADRO 3** adiante:

| QUADRO 3 | |
|-------------------------------|--|
| CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO) | 20GP 0001 |
| AGREGADOR | Locação e subscrição de software |
| DESPESA AGREGADA | Assinaturas de softwares diversos (engenharia, edição de imagens e outros) |
| PLANO INTERNO | TIC LOCSOF |
| VALOR PARA 2021 | R\$ 15.000,00 |

7.3.2 O valor indicado na Quadro 3 disponível no plano interno específico programado para a ação, se mostra aquém do estimado para a despesa, que perfaz o total de **R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)**. Assim, para viabilizar a contratação que se mostra imprescindível ao órgão, indica-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ainda uma **fonte complementar** do mesmo Orçamento Ordinário - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do exercício de 2021, conforme demonstrada no **QUADRO 4** adiante:

| QUADRO 4 | |
|-------------------------------|---|
| CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO) | 20GP 0001 |
| AGREGADOR | Apoio Técnico e Operacional de TIC |
| DESPESA AGREGADA | Terceirização de Serviços de Suporte à Infraestrutura de TI |
| PLANO INTERNO | TIC APOIO |
| VALOR PARA 2021 | R\$ 2.600,00 |

7.3.3 Registra-se que o remanejamento supradescrito, do plano interno TIC APOIO, foi levado ao conhecimento do gestor da despesa, o coordenador da COSUPUE, que manifestou a sua anuência por meio da marcação do registro de ciência neste documento SEI, indicando a viabilidade do procedimento sem prejuízos à execução da ação de origem (contrato de terceirização de suporte de TIC).

8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA

8.1 Da aquisição direta - Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, II, da L. 8.666/93:

Tomando-se por base o menor preço obtido de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais) (um mil e duzentos reais) para a assinatura anual ofertado pela WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ 29.246.330/0001-43 e considerando a comprovação de sua regularidade para contratar com o setor público demonstrada pela certidão negativa de tributos federais e dívida ativa da União ([0670118](#)), regularidade do FGTS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0670119](#)), certidão negativa de débitos trabalhistas ([0670120](#)) e certidão negativa do CNJ ([0670121](#)), esta equipe de planejamento entende que a contratação pode ser realizada diretamente, com dispensa de licitação, com fundamento no **Art. 24, II, da L. 8.666/93**.

Dados da futura contratada:

WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.

CNPJ 29.246.330/0001-43.

Email: mayara@websia.com.br - A/c Maiara - Assistente comercial.

Endereço: Rua Cotoxó 1093, 2º andar, Bairro de Perdizes - São Paulo/SP -
Telefone: (11) 3815-5233 - CEP: 05021-00.

Dados do representante legal:

Orlando Paulo dos Santos

RG: 8.302.913-8

Órgão Emissor: Santos - SP

CPF: 545.737.698-20

Dados Bancários da empresa:

Banco: Itaú

Agência: 8135

Número da conta-corrente: 18086-0

9 - DO CONTRATO

9.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “*caput*” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, complementado pelos termos e condições contidos na proposta da contratada ([0670114](#)) e neste projeto básico.

9.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a Adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

9.3 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela Adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela Adjudicatária.

9.4 A Adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

9.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da Adjudicatária.

9.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 64, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

9.7 Da dispensa de garantia contratual:

Segundo **Marçal**:

*“A Lei remete à **discricionariedade da Administração a exigência da garantia.** Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele.”* (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

Esta unidade entende que a garantia poderá ser dispensada em razão do pequeno valor do contrato, aplicando-se, ao caso os critérios de razoabilidade e racionalidade em face dos custos da operação bancária da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garantia e, principalmente, pela ineficácia efetiva de garantias inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) de acordo com o limite definido pelo Art. 56, § 2º da L. 8.666/93.

9.8. Do prazo de vigência, da possibilidade de prorrogação, do reajuste e das alterações do contrato:

I - Prazo de vigência da contrato: O contrato terá vigência de 12 (meses) contados da efetiva disponibilização dos serviços. O contrato não será prorrogado por não se tratar de serviços contínuos.

II - Prazo de execução dos serviços: coincidente com o prazo de vencimento das licenças, 12 (doze) meses, a partir da efetiva disponibilização da prestação dos serviços ao contratante.

Os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos - devidamente autuados em processo - previstos nos incisos I a VI do § 1º do art. 57, da L. 8.666/93.

Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

III - Possibilidade de reajuste e reequilíbrio: O preço do serviço objeto do contrato não poderá ser reajustado. Admite-se reequilíbrio na forma da L. 8.666/93.

IV - Possibilidade de alterações: Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da L. 8.666/93.

9.9 DAS OBRIGAÇÕES:

9.9.1 São obrigações da Administração contratante:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste PB, em especial:

- a) Não ceder ou transferir os direitos oriundos da aquisição das licenças à terceiros sem a autorização expressa e por escrito da contratada;
- b) Reconhecer a propriedade intelectual da contratada, com relação às licenças adquiridas, não utilizando os serviços da plataforma para fins não autorizados expressamente pela contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) não efetuar qualquer forma de cópia, reprodução ou modificação do software, sem autorização prévia e por escrito da Contratada;
- d) Não realizar o arrendamento, aluguel e/ou transferência das licenças contratadas a terceiros, de forma onerosa ou não;
- e) Não realizar a engenharia reversa, a decompilação e a decomposição do software;
- f) Não realizar qualquer forma de reprodução e/ou distribuição do software a terceiros de forma onerosa ou não;
- g) comunicar à contratada qualquer infração ao direito autoral do software, inclusive cooperando na coibição de eventual ilícito cometido por terceiros;
- h) Indicar o nome do servidor que será o administrador das licenças também para interlocução com a contratada durante a vigência da assinatura.

II – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à contratada;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

IV - Receber os serviços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;

V – Rejeitar os serviços das assinaturas anuais, na eventualidade da contratada não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras deste projeto básico e sua proposta;

VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;

VIII - Aplicar à contratada as sanções legais, regulamentares e contratuais;

IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;

X – Realizar o pagamento antecipado da assinaturas das licenças à contratada, observadas as seguintes regras:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura em conformidade com o preço contratado;

b) O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta-corrente indicada na proposta comercial, **em até 5 (cinco) dias úteis após as permissões de acesso e a disponibilização e dos serviços**, e atestação da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato;

Nota - Possibilidade de pagamento antecipado: O Art. 15, inciso III, da L. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado. Assim, o pagamento da assinatura anual será realizado de **forma antecipada**, tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada.

c) No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista e do CNJ;

d) O contratante fará as retenções legais aplicáveis;

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) Eventual compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

9.9.2 São obrigações da contratada:

I - Executar os serviços de acordo com termos, condições e prazos descritos neste Projeto Básico, podendo ser destacado, entre outras obrigações:

- a) Liberar as licenças no prazo máximo de 7 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho;
- b) Disponibilizar ininterruptamente o acesso à plataforma. Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os **e-mails: gabstic@tre-ro.jus.br** e **eduardo.gil@tre-ro.jus.br**, dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;
- c) Oferecer suporte técnico remoto na forma prevista em sua proposta;
- d) Implantar a ferramenta e, se necessário, realizar treinamento dos agentes da contratante, nos termos de sua proposta;
- e) Garantir a operacionalidade do serviço 24 horas por dia, durante 07 dias da semana. Caso haja qualquer manutenção, deverá informar com 24 horas de antecedência;
- f) Realizar a assinatura em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- g) Disponibilizar a visualização do produto em todos os navegadores disponíveis: Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari, com tecnologia compatível com PC's, tablets, smartphones;
- h) Oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;
- i) Possibilitar o gerenciamento de todos os eventos, na forma indicada em sua proposta.

II – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento;

III - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao contratante;

IV - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do contratante ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VI - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VII - Não transferir a outrem o objeto do contrato;

VIII – Manter-se, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

IX - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do artigo 65, § 1º, da L. 8.666/93;

X - Sujeitar à ampla fiscalização da contratante, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias.

9.10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.10.1 O descumprimento injustificado das obrigações registradas neste projeto básico e na proposta comercial, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Descumprir o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após o recebimento da nota de empenho para liberar as licenças do produto:

a) Até 5 (cinco) dias corridos de atraso: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias corridos de atraso: multa de 20% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) Atraso superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II – Interromper a prestação dos serviços objeto do contrato:

a) Até 5 (cinco) dias de interrupção: atrasos: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias de interrupção: atrasos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III – Deixar de prestar suporte ou prestá-lo de forma ineficaz, contrariando as condições estabelecidas no contato:

a) Primeira ocorrência: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

b) Segunda ocorrência: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) Terceira ocorrência: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

d) quarta ocorrência: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

IV - Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

9.10.2 Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas neste PB, com fundamento no Artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

No caso do valor do crédito a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Caso a contratada não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Caso a contratada não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE-RO n. 004/08, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

9.11 Da gestão e fiscalização do contrato:

I – A fiscalização do contrato serão exercidas pelo chefe da Seção de Engenharia de Serviços - SENGs. a gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Soluções Corporativas - CSCOR ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

II - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

III - Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

10. ANEXOS

10.1 Os documentos que se constituem de anexos deste PB estão todos referidos e lincados com os respectivos números dos eventos no SEI.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 16/03/2021, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARCO YÊRCO MENDIZABEL CABRERA, Coordenador(a)**, em 16/03/2021, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO SGROTT REIS, Chefe de Seção**, em 16/03/2021, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002202-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – TIC – Licenças do produto vídeo conferência HD ZOOM BUSINESS. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 18 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (SEGOVTIC), objetivando a contratação de solução de videoconferência pela Internet, consoante Termo de Abertura ([0565491](#)).

02. No Documento de Oficialização da Demanda – DOD nº [0565499](#)/2020 – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, foi descrito a necessidade de prover solução para realização de videoconferência pela Internet, indicado os integrantes demandante, técnico e administrativo para compor a equipe de planejamento da contratação e explicitado os resultados a serem alcançados com a adoção da solução de tecnologia da informação e comunicação – STIC pretendida. Em seguida, o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças (SAOFC) indicou o integrante administrativo, conforme Despacho nº 1298/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0569904](#)).

03. À vista disso, após Despacho nº 1234/2020 – PRES/DG/GABDG ([0570107](#)), a equipe foi designada pela Portaria nº 183/2020 ([0570109](#) e [0570961](#)), com a seguinte constituição: Eduardo Gil Tivanello (responsável pela demanda e coordenador da equipe), Marco



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Yerco Mendizabel Cabrera (integrante demandante); Humberto Sgrot Reis (integrante técnico) e Jamil Januário (integrante administrativo).

04. Para atender os requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 182/2013, os estudos preliminares para aquisição de solução resultaram na Análise de Viabilidade nº [0656892/2020](#) - PRES/DG/STIC/COSUPUE/SESUE.

05. Para a pesquisa dos preços da contratação pretendida, realizou-se a cotação de preços entre empresas especializadas que apresentaram propostas:

- STARTECH – Apresentou proposta no valor de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais) ([0671155](#)) e regularidade fiscal ([0671159](#), [0671162](#), [0671164](#) e [0671167](#));
 - LATAMSUL – Apresentou proposta no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) ([0671035](#)) e regularidade fiscal ([0671038](#), [0671041](#), [0671042](#) e [0671047](#));
 - WEBSIA - Apresentou proposta no valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) ([0670114](#)) e regularidade fiscal ([0670118](#), [0670119](#), [0670120](#) e [0670121](#));
- QUADCOMM – Não comprovou regularidade para contratar com a Administração Pública ([0671001](#)).

06. O Projeto Básico Nº 5/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0671600](#)) contém a descrição do objeto, a justificativa, o alinhamento ao planejamento estratégico, os critérios de sustentabilidade ambiental, o valor da contratação, o contrato, as obrigações, as sanções administrativas e a gestão e fiscalização do contrato.

07. Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação do referido documento, mediante seu coordenador substituto, considerou regular o instrumento citado (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 12/2021 - [0671974](#)), nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93. Ainda, manifestou-se pela adjudicação do objeto à empresa WEBSIA SOLUÇÕES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 29.246.330/0001-43.

08. A Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0672727](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), com a informação de que: “1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. 2. Proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).”

09. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – DA REGULARIDADE NA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

10. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, forçoso reduzir-se à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata das diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

11. No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que foi elaborado pela equipe de planejamento apenas **ANÁLISE VIABILIDADE Nº 0656892/ 2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**. Os demais documentos (Sustentação do Contrato, Estratégia para Contratação e Análise de Riscos) foram dispensados, conforme art. 12, § 3º, da Resolução citada, uma vez que o valor estimado da contratação pretendida (R\$ 17.600,00 - dezessete mil e seiscentos reais) está abaixo do valor limite da modalidade convite (artigo 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93), que atualmente fixado em R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

12. Além disso, a contratação pretendida está prevista e aprovada no Plano de Contratações de TIC 2021 deste Tribunal ([0647494](#)), nos termos do art. 7º da Resolução citada, e, para o cumprimento do § 1º do art. 13 da norma em comento, o Documento de Oficialização da Demanda, Análise de Viabilidade e o PB foram aprovados pela titular da Secretária de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, mediante Remessa nº 65/2021 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0671656](#)).

13. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

III – ANÁLISE JURÍDICA

14. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

15. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

16. Esclarece-se que o percentual de **10%** (dez por cento) mencionado corresponde hoje a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, foi atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelecendo o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

17. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico juntado ([0671600](#)) e na Cotação de Preço realizada e na proposta da empresa WEBSIA SOLUÇÕES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 29.246.330/0001-43 ([0670114](#)), dessa forma estando dentro do limite legal, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

18. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado específico ([0670114](#), [0671000](#), [0671035](#), [0671155](#)), ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

19. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

20. No vertente caso, foram obtidas, no mercado especializado, 03 (três) cotações de preço válidas ([0671155](#), [0671035](#) e [0670114](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, **“faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”**. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: **Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971**

21. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ 29.246.330/0001-43, no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

22. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TCU. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (Sem grifo no original)

23. No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0670118](#), [0670119](#), [0670120](#) e [0670121](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

24. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**, CNPJ 29.246.330/0001-43, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotação/proposta existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

25. De outro lado, o Projeto Básico 5 ([0671600](#)), complementado pela Cotação de preços e proposta da empresa, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

IV – CONCLUSÃO

26. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

- a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**, CNPJ 29.246.330/0001-43, no valor de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e
- b) pela apresentação do PB 5 juntado aos autos ([0671600](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Por fim, orienta esta AJDG que, se necessário, **antes de formalizar a contratação, as certidões de regularidade da empresa vencedora sejam atualizadas.**

28. Cabe o registro de que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente inapta a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 24/03/2021, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/03/2021, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002202-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Contratação de solução de videoconferência pela Internet.

DESPACHO Nº 332 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - SEGOVTIC, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada em solução de videoconferência pela Internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atender demanda deste Tribunal ([0565491](#)).

Carreou-se o Documento de Oficialização da Demanda ([0565499](#)); portaria de designação da Equipe de Planejamento de Contratação de TIC ([0570109](#) e [0570961](#)); Análise de Viabilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0656892](#)) e a cotação de preços para os serviços pretendidos, verificando-se, ao final, que o melhor preço objetivo foi oferecido pela empresa Websia Soluções Disruptivas, Inteligências Associadas, Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ nº 29.246.330/0001-43, no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

O Projeto Básico 5 ([0671600](#)) contém a descrição do objeto, a justificativa, o alinhamento ao planejamento estratégico, os critérios de sustentabilidade ambiental, o valor da contratação, o contrato, as obrigações, as sanções administrativas e a gestão e fiscalização do contrato.

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta da empresa ([0670114](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com dispensa de licitação, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0671974](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0672727](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Instada, a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta da empresa, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; pela possibilidade de aprovação do projeto básico e que antes de formalizar a contratação, as certidões de regularidade da empresa vencedora sejam atualizadas ([0674336](#)).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou pela aprovação do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da empresa; ratificação da despesa e pela publicação do extrato da nota de empenho apenas no DJE, entendendo dispensada a formalização de contrato ([0674574](#)).

Primeiramente cabe ressaltar que, em se tratando de solução da área de tecnologia da informação, a contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações de TIC 2021 deste Tribunal ([0647494](#)), sendo que os demais procedimentos previstos pela Resolução CNJ nº 182/2013 foram integralmente observados, nos termos dos itens 10 a 13 do Parecer Jurídico AJDG ([0674336](#)).

Compulsando os autos, entende-se possível enquadrar a despesa pretendida no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, realizando-se a contratação, diretamente, com a empresa Websia Soluções Disruptivas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inteligências Associadas, Tecnologia e Serviços Ltda., no valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), por estar no limite fixado para dispensa de licitação, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

Verifica-se, ainda, em análise do item 9.1 do PB ([0671600](#)), que o contrato de fornecimento será substituído pela nota de empenho de despesa, na forma do artigo 62, “*caput*” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, sendo que a SAOFC se manifestou de acordo com esta medida ([0674574](#)).

Diante do exposto, com fulcro nas competências delegadas pelo art 1º, inciso I, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. Aprova o Projeto Básico ([0671600](#)), com fundamento no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

2. Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

3. Dispensa a formalização de contrato, substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual; e

4. Adjudica o objeto à empresa Websia Soluções Disruptivas, Inteligências Associadas, Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ 29.246.330/0001-43, e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ **17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais) em seu favor.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida, devendo observar a atualização das certidões de regularidade da empresa antes de efetivada a contratação, em atendimento ao item 27 do Parecer Jurídico AJDG [0674336](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 25/03/2021, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.